



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639134 - ES (2021/0004827-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ABRAAO LOPES FERREIRA
ADVOGADO : ABRAAO LOPES FERREIRA - MG165927
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : ELIZEU VIEIRA BADARO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELIZEU VIEIRA BADARO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (HC n. 0036369-33.2019.8.08.0000).

Narra o impetrante que o paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do delito do art. 121, *caput*, do Código Penal.

Nesta via, a defesa sustenta que a custódia cautelar foi decretada sem amparo em fundamentação idônea, uma vez que não estão presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que o crescimento acelerado da pandemia de covid-19 justificaria a revogação da constrição cautelar do acusado para proteger a sua integridade física e diminuir as consequências advindas de eventual contágio pelo vírus.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do recorrente, ainda que com a imposição de outras medidas cautelares menos gravosas, ou, subsidiariamente, a concessão de prisão domiciliar humanitária.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação do ora paciente. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões

ora alegadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente